

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

O Dia

Class.:

408

Data

20/01/88

Pg.:

Funai descentraliza assistência jurídica ao índio

¹⁹⁰ Brasília (EBN) A Defesa dos Interesses dos Índios Brasileiros ganha agora novo impulso, com a implantação em cada uma das seis Superintendências Regionais da Funai, de um corpo de advogados liderado por um procurador-chefe. A medida faz parte da política de descentralização Administrativa da Entidade.

A Procuradoria Jurídica da Fundação Nacional do Índio acompanha atualmente 614 processos em diferentes instâncias, em todo o País. Paralelamente, trata da elaboração de contratos e outro documentos que fazem o dia a dia instituição.

O Advogado Ronaldo Montenegro, chefe da Procuradoria Jurídica, em Brasília, revelou que somente nas áreas Penal e Civil há 308 processos em andamento, sendo 158 na primeira e 150 na segunda. No Supremo Tribunal Federal tramitam 51

processos. No Tribunal Federal de Recursos, outros 41. E nas Varas Federais 50 processos estão em tramitação. "Esses números dão a exata dimensão da atuação do setor, seja no Rio Grande do Sul ou no Amazonas", enfatizou.

"Com a criação do corpo de advogados, os processos passaram a ter um melhor acompanhamento em todos os Estados e Territórios onde a Funai atua", sintetizou Ronaldo Monteiro. Ele explicou que a Entidade atua em três frentes: em favor do índio de si próprio e da União. "A principal faixa de atuação é a relativa ao Índio, tendo em vista a tutela exercida pela repartição. Mas há, ainda, a elaboração de documentos diversos a interesse da Instituição, sendo que a Procuradoria atua também em defesa da União quando defende terras indígenas que, na realidade, pertencem ao Estado".

Entre as principais causas que passaram pelas mãos dos Advogados da Fundação, em 1987, destaca-se a que recentemente, pôs fim ao conflito envolvendo os Pataxó, da Bahia (que brigavam entre si) e brancos que ocupam a área há anos. Como solução Extra-Judicial, o Presidente da Funai, Romero Jucá, autorizou a compra de uma fazenda no Município de Camuçu, Bahia, para que cerca de 200 índios, liderados pelo Cacique Nelson Saracura, se transferiram no final de dezembro. O Registro da Escritura da fazenda, em Cartório, foi feito pelos advogados da Procuradoria Jurídica, sediada em Brasília.

Outro caso de repercussão envolveu os Índios Xacriabá, de Minas Gerais, que teve suas terras invadidas por posseiros. Acionando a PJ, a Funai conseguiu retirar os posseiros, levando-os para outra Região.